

# ESPECULAÇÃO COM TERRAS NA REGIÃO MATOPIBA E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS



REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS



# Índice

<b>Apresentação</b>	<b>3</b>
<b>1. A expansão do agronegócio</b>	<b>8</b>
<b>1.1. A produção de <i>commodities</i></b>	<b>8</b>
<b>1.2. A financeirização como forma mais agressiva de especulação com terras</b>	<b>11</b>
<b>1.3. Empresas que atuam no Matopiba</b>	<b>12</b>
<b>2. Impactos socioambientais</b>	<b>16</b>
<b>2.1. Grilagem de terras</b>	<b>17</b>
<b>2.2. Ameaças e repressão contra as comunidades</b>	<b>21</b>
<b>2.3. Queimadas e desmatamento</b>	<b>23</b>
<b>2.4. Contaminação por agrotóxico e poluição da água</b>	<b>27</b>
<b>2.5. Precarização do trabalho e trabalho escravo</b>	<b>30</b>
<b>Anexo</b>	
<b>A formação da região Matopiba e a resistência das comunidades tradicionais</b>	<b>33</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>37</b>

## **Expediente:**

**Texto:** Daniela Stefano, Débora Lima e Maria Luisa Mendonça

**Assessoria administrativa:** Juliana Soares

**Assessoria técnica:** Cláudia Felipe e Sandra Fae

**Foto da capa:** Débora Lima

**Foto da contracapa:** Andressa Zumpano

**Diagramação:** Fábio Carvalho

**Apoio à pesquisa:** Altamiran Ribeiro, Fábio Pitta e Francisco José Sousa Rocha

**Apoio ao trabalho de campo na Bahia, Maranhão e Piauí:** Action Aid, Comissões Pastoral da Terra da Bahia, Maranhão e Piauí, Diocese de Balsas, Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurgueia, Paróquia de Santa Filomena, Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Balsas (MA), Loreto (MA), S.Raimundo das Mangabeiras (MA) e Tasso Fragoso (MA), Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares de Barra (BA), Universidade Federal do Piauí (Campus Bom Jesus).

**Apoio:** Aidenvironment, Bread for the World, Development and Peace e Grassroots International.

Agradecimentos especiais a todas as pessoas que nos acolheram e participaram da pesquisa nas comunidades rurais na Bahia, Maranhão e Piauí.

**Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**

[www.social.org.br](http://www.social.org.br)

Novembro de 2020



# Apresentação

A pandemia causada pela covid-19 e as atuais crises econômicas e ambientais demandam uma reflexão profunda sobre o uso da terra e a necessidade urgente da proteção da biodiversidade e da agricultura ecológica, que produz alimentos saudáveis e acessíveis nos mercados locais. Esta conjuntura demanda transformações nas relações de trabalho, de produção e reprodução, de proteção de direitos básicos à alimentação, terra, educação e saúde.

A expansão do agronegócio causa destruição da biodiversidade e dos habitats de espécies silvestres, acentuando mutações genéticas. Comunidades rurais denunciam impactos que agravam a crise climática e representam enorme risco para toda a sociedade. Em 2020 ocorreram queimadas sem precedentes na Amazônia, no Pantanal e no Cerrado. Os impactos são devastadores para toda a sociedade. A destruição ambiental causada pelo agronegócio tem como base a especulação com terras agrícolas. Uma das regiões de Cerrado que sofre maior impacto é o Matopiba, que inclui os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. O Cerrado é a savana mais rica do mundo por sua biodiversidade de espécies de plantas e animais.

Além das queimadas e desmatamentos, o agronegócio causa contaminação dos solos e das fontes de água por agrotóxicos, que destroem a produção de alimentos das comunidades locais. Empresas nacionais e internacionais do

agronegócio formam alianças com oligarquias rurais e com empresas financeiras e fundos de pensão. Nas décadas recentes, a financeirização da agricultura facilitou a entrada de capitais estrangeiros no mercado de terras agrícolas. Além disso, o mercado de futuro gerou a ficcionalização de capitais com apostas futuras sobre a produção, especulação no mercado de câmbio e em outros mecanismos financeiros como derivativos<sup>1</sup>.

A partir da crise econômica mundial em 2008, a financeirização da terra agrícola foi acentuada e revelou o efeito dominó causado pela mobilidade de capitais. Empresas como Cosan (por meio do fundo de pensão internacional TIAA), SLC Agrícola, Insolo, GBE e Granflor (por meio dos fundos da Universidade de Harvard) e Brasil Agro, passaram a atuar no mercado de terras no Brasil. Em alguns casos, como os da Cosan e da SLC Agrícola, as empresas de capital aberto em bolsas de valores e constituídas no formato de *holdings* criaram imobiliárias agrícolas para negociar terras - Radar Propriedades Agrícolas e SLC LandCo - em sociedade com empresas financeiras internacionais. Tal mecanismo é uma forma de “terceirização” nos negócios com terras por criar diversas empresas subsidiárias com os mesmos administradores, fazendo parecer que são de proprietários distintos (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2018; 2017; 2015).

<sup>1</sup> Ver relatórios da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos: [www.social.org.br](http://www.social.org.br)

A Rede Social de Justiça e Direitos Humanos realizou pesquisas de campo em comunidades rurais ameaçadas pelos impactos da especulação com terras, que gera expansão dos monocultivos do agronegócio e destruição ambiental. Em agosto de 2020 houve cerca de 46 mil queimadas no Cerrado, somando um terço do observado no Brasil.

Um morador das comunidades locais descreve que, *“a derrubada, a queimada incendiou nosso brejo que dava muita renda. Acabou com nosso buriti. Incendiou a casa nossa e do meu irmão. Na época se a gente não tivesse esse poço acabavam com tudo”*. Outra moradora completa: *“a gente se preocupa muito com as queimadas porque o fogo destrói toda a flora,*



Buritizal na comunidade de Baixão Fechado, em Santa Filomena (PI). Foto: Daniela Stefano.

*queima a flor do pequi, queima a flor do cajú, queima as árvores que fornecem alimentos. As queimadas também causam danos aos riachos, os nosso riachos já não enchem mais”*.

O desmatamento e as queimadas no Cerrado se intensificaram recentemente. De janeiro de 2019 a agosto de 2020 cerca de 8 mil quilômetros quadrados de Cerrado foram desmatados. Os efeitos climáticos são evidentes, como explica uma moradora: *“Está tudo queimado. Acho que a cada ano que passa*

*esquenta mais e quando pega um incêndio não controla mais. E com o vento, num cerrado desse aí o fogo pula longe”*.

As queimadas no Cerrado fazem parte de um ciclo de grilagem, especulação com terras, degradação ambiental e desmatamento do bioma. Outra causa dos incêndios é a inflamabilidade dos agrotóxicos usados pelo agronegócio: *“Agrotóxico seca tudo, torra tudo. O desseccante é o mais perigoso porque desseca mesmo. E esse desseccante fica na terra, deixa*

*tudo seco e só brota quando a chuva chega. E por estar tudo seco, provoca o incêndio, que desce para nossas áreas”, relata um morador das comunidades visitadas no Piauí. As fazendas utilizam diversos tipos de veneno e fazem pulverização aérea, depois utilizam um vermífugo diretamente na terra e quando a soja já está plantada e pronta para a colheita utilizam um agrotóxico dessecante: “E tem mais um, que você não aguenta com dor de cabeça, que eles passam com avião”.*

A pulverização aérea das empresas do agronegócio atinge áreas de plantação de alimentos das comunidades. Uma moradora descreve que, *“plantamos feijão e quando vamos lá na roça o feijão estava a coisa mais linda. Depois está todo morto, por que? Isso aí é o veneno. Se eles tivessem consciência não faziam isso porque prejudica muito o nosso Cerrado”.*

As comunidades relatam que é frequente perderem os alimentos que plantam por causa da contaminação por agrotóxicos:

*“Quando o avião faz a volta, a torneira do avião fica aberta e atinge o baixão. Cai em cima das nossas plantações e queima nosso milho, feijão, arroz, fava. Antes das fazendas estarem na serra isso não acontecia”, conta uma moradora.*

Nas comunidades ribeirinhas moradores contaminados por agrotóxicos sofrem com deformidades cutâneas e problemas respiratórios. Uma moradora mostra o pé e explica: *“Basta eu pisar na lama do rio que meu pé começa a rachar. Se eu passar um dia sem a lama do riacho, percebo que fica melhor. Numa comunidade aqui próxima (Chupé) conheci uma senhora que está com os pés horríveis. Todo mundo reclama dos agrotóxicos.”*

A população local sofre os efeitos da água contaminada por agrotóxicos, como relata esta moradora: *“tem um odor desagradável o cheiro do agrotóxico. Quando leva o copo na boca para beber, você já sente aquele cheiro e você só bebe infelizmente porque não tem outra”.*



Margens do Rio Parnaíba, próximo à comunidade quilombola de Artur Passos, em Jerumenha (PI). Foto: Daniela Stefano.





Comunidade de Baixão Fechado, em Santa Filomena (PI). Foto: Daniela Stefano.

A aplicação de agrotóxicos pelo agronegócio compromete a soberania alimentar das comunidades, que são contaminadas e sentem os efeitos do desequilíbrio ambiental causado por estes venenos. Os animais também sofrem tais impactos quando consomem água nos rios. “O gado bebe essas águas e fica magrinho, intoxicado. Não é fome, porque aqui pra nós é verde. É a água intoxicada que está fazendo a gente perder o gado”, explica uma moradora.

As comunidades relatam que houve diminuição de peixes e nos meses de chuva vêem peixes mortos com frequência: “quando vamos no rio pescar, vemos os peixinhos pequenos boiando em cima, mortos. É por causa do veneno porque antes não acontecia. Antes de ter essa plantação que botava veneno com avião a gente não via

*peixinho morto. A gente pescava piabinhas com balaio. Agora a gente vê até peixe grande morto por causa do veneno”.*

Problemas de saúde nunca vistos passaram a acontecer depois que as fazendas do agronegócio tomaram as terras das comunidades: “nunca ouvi falar de câncer aqui antes. De um tempo pra cá é uma coisa sem limites. Também a diarreia está atacando com vômito. Agora mesmo uma criancinha com dez dias fazia tanto vômito que faltava fôlego, só vomitando e chorando”.

Outro problema causado pelo agronegócio que afeta as águas e as terras das comunidades rurais é o “lixão a céu aberto”, pois as empresas descartam materiais tóxicos como embalagens de agrotóxicos, como explica um morador: “Tem o lixão que fazem na escapa

*da serra, que é mais um reforço pro agrotóxico entrar dentro de nossos brejos. Jogam milho envenenado, tambor de veneno, todo lixo da*

*fazenda as empresas jogam ali. E fica ali. E os bichos do Cerrado consomem o lixo e morrem, pois está tudo envenenado”.*



Papagaio-verdadeiro na comunidade de Baixão do Aleixo, em Barra (PI). Foto: Daniela Stefano.

A destruição do Cerrado tem enorme impacto sobre as fontes de água, pois muitas nascentes de rios estão localizadas na região. Uma moradora descreve que, *“tinha um brejo que eu conhecia desde criança e era a coisa mais linda do mundo. Mas a fazenda chamada Insolo desmatou 10 mil hectares e os brejos secaram. No período do verão você passa lá e é a coisa mais triste”*.

O agronegócio gera uma situação de violência específica contra os modos de vida das mulheres rurais: *“nós tiramos nosso sustento do babaçu. Toda quebradeira de coco depende do babaçu. Eu sou mulher negra, quebradeira de coco, sou defensora do meio ambiente. A gente não vai se calar”*.

A exploração do trabalho está relacionada à violação do direito à terra, como explica um morador das comunidades locais, *“se eu tenho a oportunidade de gerar meu próprio recurso, minha própria renda, eu não preciso me vender como mão de obra, me escravizar”*.

Trabalhadores denunciam as condições degradantes nas fazendas do agronegócio, como na aplicação de agrotóxicos: *“Pessoas aqui vão trabalhar com o veneno e não têm experiência, nunca trabalharam com veneno. A única proteção que eles dão é essa máscara que só cobre a boca”*. Relatam também casos dramáticos de mortes no processamento da soja: *“A última vez que eu trabalhei no silo foi carregando soja. Lá um cara morreu torrado, tentando desenganchar o silo. Ele estava sem equipamento de segurança e morreu torrado. A soja é aquecida e ele caiu dentro. Foram três dias para tirar ele de lá. E o que foi feito com a soja? Nada, só tiraram ele”*.

A especulação com terras agrava a crise econômica, social e ambiental. É preciso compreender que quando comunidades tradicionais são impactadas no Cerrado brasileiro, aumentam os riscos de novas pandemias e do aprofundamento da crise climática que ameaçam toda a humanidade.



# 1. A expansão do agronegócio no Matopiba

A região do Matopiba é referenciada a partir de meados dos anos 2000<sup>2</sup>. Entretanto, tem sido moldada pelas relações capitalistas com expropriação das comunidades tradicionais e projetos agrícolas desde o início do século 19. A partir da segunda metade do século 20, tal expansão ocorre de forma mais intensa com participação do Estado, quando projetos do agronegócio começam a ser implementados de forma sistemática. A expansão do agronegócio utiliza o discurso baseado na ideia do meio rural como “espaço vazio”. Entretanto, documentos históricos comprovam a existência de centenas de povos indígenas e comunidades rurais que têm vivido na região por muitas gerações.

A partir dos anos 2000, o agronegócio se expande na região do Matopiba. O momento de alta dos preços de *commodities* gerou uma expansão territorial de monocultivos. Foi neste período que a produção de soja alcançou o Matopiba (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS,

2015) como resultado da acumulação de ativos financeiros e de promessas de expansão da produção com a inflação dos preços nos mercados de derivativos. Entre 2000 e 2014, a área plantada com soja e cana-de-açúcar no MATOPIBA aumentou 253% e 379% respectivamente (ACTIONAID, 2017). No caso da soja, a área plantada aumentou de 1 milhão para 3,4 milhões de hectares no mesmo período. Na safra 2019/2020, a área plantada foi de 4,451 milhões de hectares (CONAB, 2020). O estado com maior expansão do agronegócio é o Piauí, que registrou um aumento de 4% entre 2018 e 2019.

## 1.1. A produção de *commodities*

A expansão do agronegócio na região ocorre principalmente com soja e, em menos escala, com milho e algodão transgênicos (na Bahia), com eucalipto (no Maranhão e Tocantins) e com o avanço da cana-de-açúcar.



Colheita da soja operada pela SLC Agrícola em Balsas (MA). Foto: Andressa Zumpano (2019).

<sup>2</sup> Notícias sobre a região aparecem na mídia com os nomes de MAPITO, MAPITOBA e BAMAPITO. Nos trabalhos de Julia Adão Bernardes e na Coletânea de artigos do livro Geografias da Soja II (2009), pesquisadores já denominavam a região como BAMAPITO - referenciando cronologicamente o avanço e a consolidação da fronteira, primeiramente o oeste da Bahia, em seguida no sul do Maranhão e sul do Piauí e Tocantins. Na mídia, a região também é referenciada em meados de 2000 e 2010. Ver <https://www.canalrural.com.br/noticias/regiao-mapito-nova-fronteira-desenvolvimento-pais-diz-dilma-32400/> ; <https://www.canalrural.com.br/noticias/novaagri-vence-licitacao-primeiro-lote-terminal-graos-maranhao-com-proposta-milhoes-5138/>.

Operam no Matopiba empresas de *trading*, comercializadoras, produtoras de sementes, processadoras, importadoras e exportadoras de soja. Um fator interessante é a participação de empresas que corriqueiramente associamos a outros setores agrícolas envolvidas no mercado da soja. É o caso da Cutrale, Votorantim e usinas do setor canavieiro, como Usina Açucareira São Manoel S.A (SP), Usina Conquista do Pontal S.A (SP), Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda (SP), Usina Eldorado S.A (que pertence a Odebrecht em Mato Grosso do Sul), Usina Frutal Açúcar e Álcool Ltda. (pertencente a Bunge em Minas Gerais), Usina Guariroba Ltda (Bunge em São Paulo), Usina Itajobi Ltda Açúcar e Álcool (SP), Usina Itapagipe Açúcar e Álcool Ltda (Bunge em Minas Gerais), Usina Moema Açúcar e Álcool Ltda (SP), Usina Ouroeste Açúcar e Álcool Ltda, (Bunge em São Paulo), Usina São José S/A (PE). A maioria das usinas que participa do setor tem sede no estado de São Paulo e foi adquirida pela Bunge. De acordo com Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE) disponibilizadas pela Conab do período 2006-2019, tais empresas retêm cerca de metade do investimento que o produtor da soja realiza, mesmo sem estar diretamente ligadas ao plantio.

Nas décadas recentes, as regras do mercado agrícola estão cada vez mais complexas e a financeirização da agricultura facilitou a entrada de capitais nacionais e internacionais que não estavam associados a atividades agrícolas, como empresas do setor automobilístico, petrolíferas, construtoras e bancos. Além disso, o mercado de futuros gerou a ficcionalização de capitais com apostas futuras sobre a produção, especulação no mercado de câmbio e em outros mecanismos financeiros como derivativos (REDE SOCIAL, 2017). Mesmo com todas as vantagens financeiras, logísticas, de grilagem de terras e subsídios do Estado, o monocultivo da soja tem enfrentado dificuldades para manter sua rentabilidade (CASTILLO, 2011; FREDERICO, 2017). Mais da metade do custo de produção da soja por hectare está relacionado a despesas com insumos como sementes transgênicas, fertilizantes químicos e agrotóxicos, comercializados por empresas como Monsanto, Syngenta, Bunge, DuPont, Pioneer. Em 2019, o custo do pacote tecnológico de sementes estéreis representou 69,58% (R\$ 2.029,94) no Tocantins, 56,96% (R\$ 1.746,65) no Maranhão e 52,87% na Bahia (R\$ 1.584,08) (CONAB, 2020).

Gráfico 1: Custos de produção de soja por hectare dos Estados do Maranhão, Tocantins e Bahia (2006- 2019).



Fonte: Conab (2020). Dados organizados por Débora Lima. Obs: não há dados disponíveis para o Estado do Piauí. Os custos de produção envolvem um número maior de variáveis da produção, distribuídos em: 1. Despesas de custeio da lavoura; 2. Outras Despesas, como transporte, despesas administrativas e de armazenagem, assistência técnica; 3. Despesas financeiras, como juros de financiamento; 4. Depreciações do maquinário; 5. Outros custos fixos, como encargos sociais; 6. Renda de fatores, remuneração sobre capital fixo, terra própria e arrendamento.

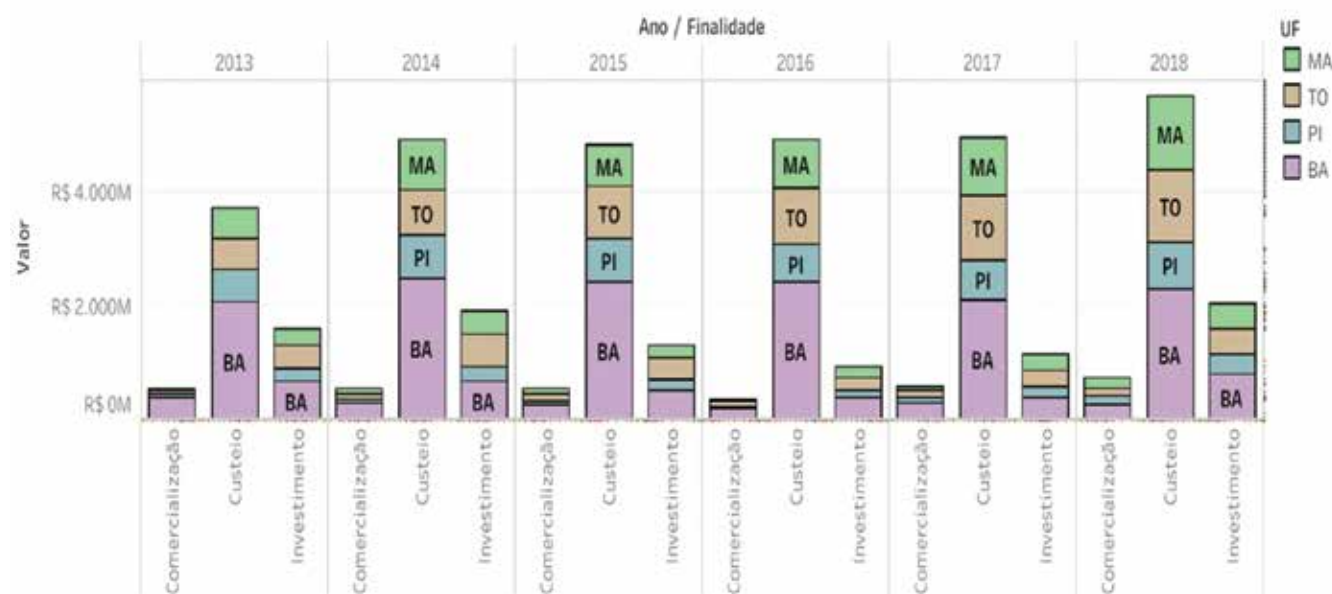


O custeio com mão de obra (mão de obra fixa, temporária e encargos sociais) teve uma variação de 0,24 a 6,5% nos custos de produção no Matopiba entre 2006 a 2019. A maior participação da mão de obra na região ocorreu em 2015 em Pedro Afonso (TO), momento de expansão das fazendas, em que há contratação para catação de raiz. Em 2019, a mão-de-obra representou 0,36% do custo total na Bahia, ou R\$10,92 por hectare produzido. No Maranhão, no mesmo ano, a mão-de-obra

representou 0,08% (R\$2,39) e no Tocantins 1,2% (R\$35,00).

Além da superexploração do trabalho como forma de diminuir os custos de produção, o Estado como financiador e perdoador de dívidas<sup>3</sup> é fundamental para a tentativa de gerar novas rodadas de acumulação, como apontam os relatórios da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2018), mostrando que o avanço do agronegócio está ligado principalmente ao processo de especulação com terras.

Gráfico 2: Crédito rural no Matopiba (2013-2018)



Fonte: Embrapa (2020). Disponível em <https://www.embrapa.br/geomatopiba/sistemas/credito-rural>

<sup>3</sup> Segundo o Incra, existem 729 pessoas físicas e jurídicas no Brasil que se declaram proprietárias de imóveis rurais com dívidas acima de R\$ 50 milhões à União cada. À rebote da Reforma Trabalhista aprovada em 2019, o governo Bolsonaro discute a anistia de 11 a 40 bilhões de reais do Funrural.

Uma das faces especulativas mais próximas da produção é o crédito. Historicamente o Estado priorizou acesso a crédito agrícola para latifundiários. Propriedades rurais com mais de 1.000 hectares concentram 43% do crédito rural, enquanto para 80% dos menores estabelecimentos (inferiores a 10 hectares), esse percentual varia entre 13% e 23% (BCB, 2020). Em 2018, o crédito rural disponibilizou para o agronegócio R\$ 8.408.460.317,00. De acordo com dados do Banco do Brasil<sup>4</sup>, entre 2014 e 2018 os contratos de crédito caíram 25%, demonstrando um aumento da seletividade e concentração do setor (BCB, 2020).

## 1.2. A financeirização como forma mais agressiva de especulação com terras

A partir da crise econômica mundial de 2008, a financeirização da terra agrícola foi acentuada e revelou o efeito dominó causado pela mobilidade de capitais. Empresas como Cosan (por meio de uma fusão com o fundo de pensão internacional TIAA), SLC Agrícola, Insolo, GBE e Granflor (por meio dos fundos da Universidade de Harvard) e Brasil Agro, passaram a atuar no mercado de terras no Brasil. Em alguns casos, como os da Cosan e da SLC Agrícola, as empresas de capital aberto em bolsa de valores e constituídas no formato de *holdings* criaram imobiliárias agrícolas para negociar terras - Radar Propriedades Agrícolas e SLC LandCo - em sociedade com empresas financeiras internacionais. Tal mecanismo é uma forma de “terceirização” nos negócios com terras por criar diversas empresas subsidiárias com os mesmos administradores, fazendo parecer que são de proprietários distintos (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2018; 2015).

A especulação gerou aumento no preço da terra e expansão do agronegócio no Matopiba. Entre 2007 a 2019, o preço das terras agrícolas teve alta acentuada na região. No município de Pedro Afonso (TO), o aumento foi de 420% no período; em Bom Jesus e Uruçuí (PI) foi respectivamente de 415% e 519%; em Balsas (MA) foi de 398%; em Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, foi de 260%. Nas cidades em que o agronegócio está mais consolidado, Luís Eduardo Magalhães e Balsas, respectivamente, o aumento foi menor. Entre 2017 e 2019 houve estabilização no preço das terras, com aumento apenas nas cidades baianas de Luís Eduardo Magalhães e Formosa do Rio Preto: R\$ 21.167,00 o hectare, 3,3% a mais se comparado a 2018.

No oeste baiano, as áreas de Cerrado tiveram aumento de preço de até 635% em Santa Maria da Vitória. Jaborandi e Formosa do Rio Preto registraram ascensão do preço da terra de 2007 até 2019. Entre 2003 e 2007, os preços das terras em Jaborandi (cerca de R\$150,00 o hectare) eram bem baixos em relação à Formosa do Rio Preto, onde o hectare custava cerca de R\$1000,00. No Piauí, as áreas de Cerrado e Caatinga na região de Floriano tiveram maior aumento no preço da terra: 900% nos últimos 15 anos. O hectare nesta região custava, em 2003, em torno de R\$44,00. Em 2019, o hectare de Cerrado era negociado a R\$800,00. No Maranhão, as áreas de solos arenosos e terrenos planos tiveram alta de 526% nos últimos 15 anos, sendo que em Imperatriz, onde se encontra a transição dos biomas Cerrado e Amazônia, o preço da terra teve aumento de 1150% (FNP, 2020). O aumento no preço das terras mostra o aquecimento no mercado de terras agrícolas no Matopiba, seja em terras de alta produtividade como em terras não exploradas pela agricultura,

<sup>4</sup> <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>



como no caso de terras de Cerrado e Caatinga, que nos últimos anos tem apresentado elevação nos preços devido aos processos especulativos vinculados ao *green grabbing*, relacionados principalmente a compreensões ambientais e reserva legal.

A especulação causa expulsão de camponeses que possuem direito à terra através do uso comum. Outros impactos são a destruição dos recursos naturais, das fontes de água, da biodiversidade e da produção de alimentos para consumo local.

### 1.3. Empresas que atuam no Matopiba

No Brasil, estima-se que as aquisições estrangeiras de terras chegaram a 2.250.000 ha ou 3,8% da terra agrícola (LIMA, 2019). Os impactos locais são devastadores, pois aumentam a destruição ambiental e a concentração da terra. O processo de formação das fazendas consiste, em linhas gerais, na compra de terras a preços baixos, na maioria das vezes de maneira ilegal através da grilagem, causando desmatamento do cerrado nativo. Quando a fazenda está formada para produção de *commodities*, o preço da terra sobe. A incorporação de novas áreas de produção de soja, por exemplo, serve com base para a expectativa especulativa do preço e infla o portfólio das empresas, como estratégia para acesso a créditos e subsídios (REDE SOCIAL, 2018).

Segue um breve histórico das empresas que atuam no Matopiba e que são estudadas pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e por entidades parceiras.

#### Radar

O fundo de pensão dos Estados Unidos TIAA (Teachers Insurance and Annuity Association) é investigado pelo Ministério Público Federal por usar estruturas corporativas complexas para burlar a lei que limita a aquisição de terras por empresas estrangeiras. TIAA, com sua representante no Brasil, Mansilla Participações, e juntamente com a Cosan S/A, é proprietária da Radar Imobiliária Agrícola S/A. Criada em 2008 a Radar foi pioneira no processo de formação de transacionais imobiliárias agrícolas no Brasil<sup>5</sup>, como demonstra o relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2015).

Depois de restrições regulatórias na aquisição de terras por empresas mistas, Cosan e TIAA estabeleceram a Tellus Brasil Participações para adquirir terras. Tellus capta recursos para compra de terras agrícolas através de debêntures negociados com Radar e outras subsidiárias, como Terra Viva Brasil Participações e Nova Gaia Brasil Participações. De acordo com a declaração trimestral de TIAA, mais de 20 empresas estão listadas sob direta ou indireta propriedade e/ou administradas por Radar e Tellus no Brasil. Tais empresas fazem operações financeiras relacionadas com aquisição de terras, limpeza, preparação, arrendamento e venda de propriedades.

A empresa Nuveen gerencia ativos da TIAA no valor de 1 trilhão de dólares e unificou o gerenciamento de todos os ativos agrícolas numa única empresa, a Westchester Group Investment Management. A Westchester controla propriedades rurais nos Estados Unidos, Austrália, Brasil e Chile. O mapa de fazendas disponibilizado publicamente pela Nuveen<sup>6</sup> lista 58 propriedades no Brasil, sendo

<sup>5</sup> <https://social.org.br/files/pdf/RevistaREDE2015paranet2.pdf>

<sup>6</sup> <https://www.nuveen.com/global/strategies/alternatives/farmland-map>

que 15 estão no Matopiba. Entretanto, trabalho de campo realizado em 2019 pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos em parceria com Chain Reaction Research e cruzamento com dados do INCRA revelaram outras 11 propriedades no Matopiba. De acordo com o INCRA, a Radar e empresas afiliadas aparecem registradas como proprietárias de um total de 111.703 ha de terra. As propriedades da Radar podem estar ligadas à grilagem e causam impactos sociais, econômicos e ambientais nas comunidades rurais no Matopiba. Pelo menos 22.834 ha de seis áreas da Radar foram comprados de corporações ligadas a Euclides de Carli. As propriedades de De Carli são alvo de investigação do Ministério Público Federal, que suspendeu títulos de propriedade de 124.000 ha relacionados a ele no Piauí e no Maranhão.

### **Brasil Agro**

Diferente de outras empresas que primeiramente são formalmente constituídas e depois vão ao mercado de ações para captar mais recursos (como SLC Agrícola e Vanguarda), a Brasil Agro passou a funcionar no mercado financeiro sem ter um único ativo (bens e direitos a receber). Apenas com uma proposta de compra, valorização e venda de propriedades agrícolas, a empresa captou US\$ 270 milhões na sua oferta inicial de ações em abril de 2006. A empresa surgiu em 2005 a partir do interesse do empresário argentino Eduardo Elsztein em expandir seu modelo de especulação com terras rurais aplicado desde a década de 1990 na Argentina por meio da empresa CRESUD (Sociedad Anónima Comercial Inmobiliaria Financiera e Agropecuaria) (NASCIMENTO; FREDERICO; SAWELJEW, 2018).

Após cinco anos de abertura de fazendas, momento em que a produção de soja começa a ter rendimentos positivos e boas taxas de produtividade, a empresa iniciou o processo de liquidação das propriedades. No total, a empresa

aplicou cerca de US\$ 250 milhões na aquisição de 319 mil hectares, incluindo a abertura para plantio de 110 mil ha, arrecadando mais de US\$ 200 milhões com a venda de apenas 77 mil ha. Atualmente, a empresa possui cerca de 240 mil ha (BRASILAGRO, 2016).

A receita líquida de vendas da empresa ficou em R\$ 17,907 milhões no terceiro trimestre do ano-safra de 2018, com aumento de 19,8% na comparação anual. A receita com a venda de grãos somou R\$ 18,096 milhões no trimestre, com aumento de 91,6% na comparação anual. A Brasil Agro declarou receita líquida de R\$ 50,4 milhões, mais que o triplo no mesmo período de 2017. Também teve ganhos com transações financeiras que totalizaram R\$ 14,4 milhões, 32% a menos que no terceiro trimestre do ano safra 2016/17 (VALOR, 2018).

Em 3 de maio de 2018, a Brasil Agro vendeu 956 hectares de área de chapada (660 hectares úteis) da Fazenda Araucária por R\$ 61,6 milhões. Essa venda representa um ganho de R\$ 36,1 milhões (“valor presente de venda - valor de aquisição mais investimentos líquidos de depreciação”) e uma Taxa Interna de Retorno (TIR) esperada de 16,5%. (VALOR, 2018). De acordo com o relatório da empresa de fevereiro de 2019, 40,69% de suas ações pertencem a Cresud e 59,31% estão pulverizadas no Novo Mercado Bovespa.

Geralmente a Brasil Agro adquire grandes extensões de terras por um preço relativamente baixo. Em seguida, procura “agregar valor”, introduzindo a pecuária ou *flex crops*. Depois de cinco ou seis anos, a empresa realiza a venda parcial ou total para realizar lucro. No primeiro semestre de 2019, a receita líquida de vendas foi de R\$317,2 milhões, um aumento de 141,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Isso é resultado principalmente das receitas de vendas de R\$123,3 milhões (valor presente) da Fazenda Jatobá e de R\$ 6,9 milhões (valor presente) da Fazenda Alto Taquari.



A Brasil Agro possui subsidiárias que controlam e operam suas propriedades no Brasil: Imobiliária Cajueiro, responsável por Chaparral e Preferência; Imobiliária Ceibo (fazenda São José), e Jaborandi Propriedades Agrícolas (fazenda Jatobá). Nas áreas do Matopiba, a empresa possui as seguintes fazendas: Chaparral (BA), Preferência (BA), Parceria II (PI), Parceira IV (MA) e São José (MA).

### SLC Agrícola S/A

A Schneider Logemann Company Agrícola S/A é a maior produtora de soja no Brasil, tendo como principais compradores Cargill, Amaggi e Bunge, de acordo com a própria

SLC. Foi fundada em 1977 com foco inicial na produção de tratores. Depois passou a produzir soja, milho e algodão e abriu capital na Bolsa de Mercados e Futuros da Bovespa em 2007 (OLIVEIRA, 2016). Em 2012 constituiu um braço imobiliário agrícola, a SLC Land Co, em sociedade com o fundo de investimentos inglês Valiance Ltda. O negócio da SLC Land Co consiste em adquirir, formar e vender fazendas.

Além de áreas próprias (aproximadamente 236 mil hectares) e áreas da SLC Land Co (aproximadamente 86 mil hectares), a SLC Agrícola arrenda outras áreas e possui parcerias agrícolas com outras empresas, como a SLC-MIT, em parceria com a Mitsui, que controla cerca de 500 mil hectares de terras.



Sede da Fazenda Parnaíba em Tasso Fragoso, no Maranhão, a maior fazenda da SLC Agrícola, com 68.737 hectares, sendo 41.598 ha próprios, 10.200 ha da Land Co. e 27.139 ha arrendados. Atualmente a fazenda produz soja e algodão. Foto: Débora Lima (2019).

## Fundo Patrimonial da Universidade de Harvard: GBE, Insolo e Granflor

O Fundo Patrimonial da Universidade de Harvard possui cerca de um milhão de hectares de terras nos Estados Unidos, Brasil, Leste Europeu, África do Sul, Nova Zelândia e Austrália. No Brasil, os negócios das fazendas de Harvard são orquestrados através de três estruturas envolvendo operadoras locais:

**Insolo** é administrada pela família Ioschpe, que se tornou uma das maiores proprietárias de fazendas no Piauí nas últimas duas décadas com plantações de soja e algodão. Em 2008, Ioschpe transformou a empresa em um veículo para canalizar dinheiro do fundo patrimonial da Universidade de Harvard para a aquisição de grandes extensões de terras agricultáveis no Piauí. Essa empresa, então denominada Insolo Agroindustrial S/A, pertence a Harvard (95,8%) por meio de sua empresa de administração de fundos Phemus Corp e várias subsidiárias no estado de Delaware, nos Estados Unidos, e no Brasil. Entre junho de 2008 e junho de 2016, Harvard injetou pelo menos 138 milhões de dólares na Insolo ao adquirir pelo menos seis fazendas distribuídas em 115,000 hectares no Piauí.

**Gordian Bioenergy**, conhecida como **GBE**, é uma empresa de *private equity* (fundo de investimentos privados) administrada parcialmente pelo grego-brasileiro Diomedes Christodoulou, ex-CEO das operações na América do Sul da Enron, junto com alguns de seus ex-colegas da Enron. Em 2007, Christodoulou e seu grupo procuraram europeus e estadunidenses para investir em plantações de cana de açúcar e produção de etanol, em um plano de 150 milhões de dólares. Em conexão com Harvard, GBE adquiriu uma área chamada Grupo Guadalupe na cidade de Guadalupe, Jerumenha e arredores, no Piauí, com o objetivo de operar com cana de açúcar e plantação de tomate para a produção

de molho de tomate. Entre junho de 2008 e junho de 2015, Harvard transferiu cerca de 246 milhões de dólares para as aquisições de terra por GBE. A operadora da GBE é a Terracal, que adquiriu cerca de 30 propriedades em cinco diferentes estados do nordeste brasileiro, totalizando 168 mil hectares. A Terracal chegou a desmatar a terra que estava preparando com um projeto massivo de irrigação que cobriria 45 mil hectares em Jerumenha, no Piauí. Grande parte destas fazendas localiza-se em terras que ancestralmente formam parte da comunidade de remanescentes de quilombos Arthur Passos. Em 2015, Harvard parou esse projeto e retirou o investimento de 350 milhões de dólares que estava planejado. O fundo da Universidade orientou que seus administradores brasileiros vendessem a propriedade o mais rápido possível, de acordo com informações contidas em um processo contra a GBE movido por um ex-administrador da empresa.

Dois comunidades próximas das áreas de Terracal, uma em Barra (BA) e outra em Jerumenha (PI) foram visitadas em outubro de 2019 pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Parece que Harvard continua buscando compradores. A única presença da empresa são os seguranças que seguem ameaçando os moradores dessas localidades. De acordo com documentos anexados à ação trabalhista anteriormente citada, a área de Barra possui os requisitos para os projetos da empresa, mas um documento afirma que a área útil necessária seria de 36.700 hectares, ou seja, quase 10 mil hectares a mais do que a empresa afirma possuir. Em meados de 2017, a empresa fez uma nova petição para anexar uma área de fundo de pasto de sete comunidades, onde vivem mais de 400 famílias, entre elas a comunidade do Baixão do Aleixo, visitada durante o trabalho de campo para elaboração deste relatório. São 40 mil hectares de terra de uso coletivo, que fazem divisa com a área da fazenda. Com a petição, a Terracal quer se apropriar de toda a área de fundo de pasto, excluindo apenas as áreas onde as famílias possuem suas casas.

A entrada de Harvard no agronegócio brasileiro foi precedida por investimentos em madeira. Alguns desses negócios eram orquestrados por dois brasileiros do setor de eucalipto, Romualdo Maestri e Victor Hugo Silveira Boff, co-fundadores da **Granflor Agroflorestal**. Em 2008, Harvard e esses dois empresários estabeleceram uma empresa em Porto Alegre chamada Caracol Agropecuária. Essa empresa, 100% nas mãos de Harvard, recebeu cerca de 60 milhões de dólares da empresa de gestão de fundos de Harvard, Blue Marble Holdings, entre junho de 2008 e junho

de 2016 para aquisição de terras, primeiramente no estado da Bahia.

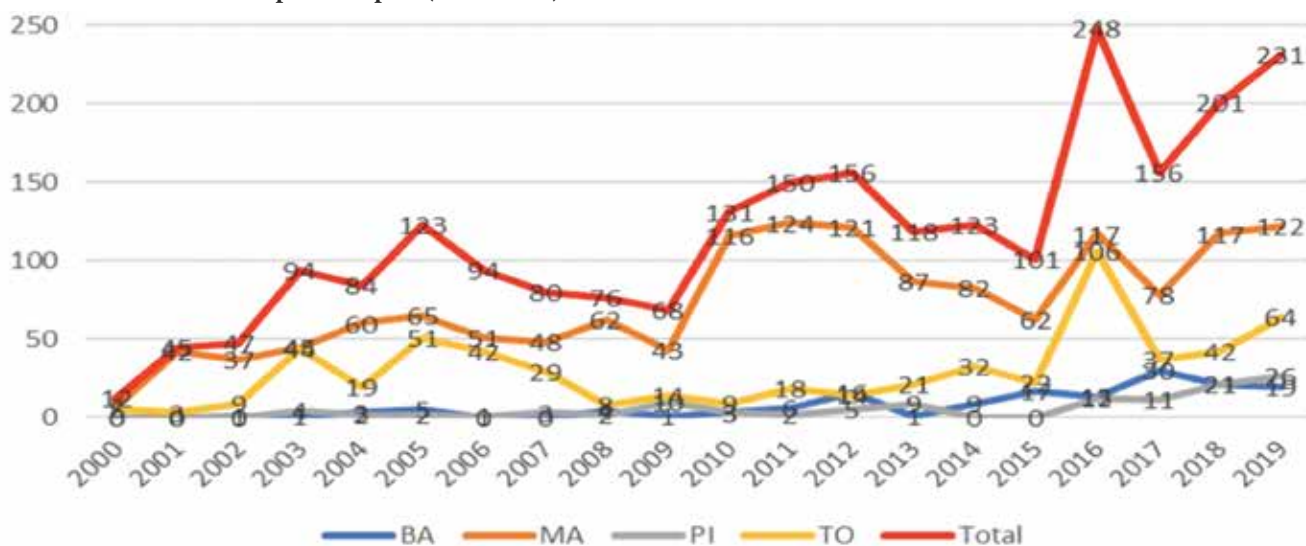
A Caracol adquiriu 140 mil hectares de terras em Cotegipe (BA), mas a área segue sem nenhum tipo de plantação. A propriedade tem um histórico de conflitos e a Procuradoria Geral do estado da Bahia está investigando denúncias de grilagem de terras. Mesmo assim a Caracol conseguiu uma autorização do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos para desmatar cerca de 5 mil hectares de floresta nativa em outubro de 2019.

## 2. Impactos socioambientais

Diversas são as comunidades cujos territórios estão ameaçados pela especulação com terras e pelo avanço do agronegócio, que causa desmatamento, queimadas, contaminação da água por uso intensivo de agrotóxicos. Essas comunidades defendem políticas públicas que priorizem

a produção de alimentos para a população local e a preservação ambiental. Os conflitos envolvendo terra, trabalho e água triplicaram nos últimos 20 anos, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra. Em relação a anos anteriores, a violência contra comunidades rurais aumentou em 2019<sup>7</sup>.

Gráfico 3: Conflitos no campo - Matopiba (2000 - 2019).



Fonte: CPT (2020).

<sup>7</sup><https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-04/bolsonaro-invasao-de-terra-tem-que-ser-tipificada-como-terrorismo>; [https://www.huffpostbrasil.com/entry/bolsonaro-defende-que-proprietario-de-terra-nao-seja-punido-por-atirar-em-invasor-br\\_5cc765d2e4b02791823d9770?guccounter=1](https://www.huffpostbrasil.com/entry/bolsonaro-defende-que-proprietario-de-terra-nao-seja-punido-por-atirar-em-invasor-br_5cc765d2e4b02791823d9770?guccounter=1); <https://outraspalavras.net/ojoioetrigo/2020/01/no-governo-do-mito-compras-publicas-de-alimentos-viram-lenda/>; <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/13/agricultura-familiar-precisa-de-reforco-para-nao-faltar-comida-defendem-movimentos>



Entre 2000 e 2019 ocorreram 2.338 conflitos por terra no Matopiba, sendo que a maioria no estado do Maranhão ocorreu em municípios do Matopiba: Alegre (54), Balsas (57) e Codó (128). No Oeste baiano, os municípios de Correntina (31) e Santa Maria da Vitória (11) concentram o maior número de conflitos. Em Tocantins, os conflitos ocorreram no eixo da rodovia Belém-Brasília. No Piauí, Bom Jesus (18) e Baixa Grande do Ribeiro (15) concentraram o maior número de registros no período. Os conflitos por água começaram a ser registrados pela CPT em 2002 e incluem impedimento ao acesso a fontes de água às comunidades, poluição e apropriação particular de recursos hídricos. Em 2019, a CPT registrou 130 conflitos por água no Matopiba (CPT, 2020).

## 2.1. Grilagem de terras

Todas as pessoas com quem conversamos nas comunidades visitadas pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos em 2019 acreditam que as ameaças que sofreram aumentaram este ano em relação aos anos anteriores. Em 2019, a Reforma Agrária sofreu a maior retração da história: nenhum assentamento foi criado e não houve desapropriações para essa finalidade. A titulação de terras vem sendo substituída por contratos de concessão de uso, beneficiando o mercado de terras e mantendo o cenário de

instabilidade para comunidades tradicionais. Foram emitidos 14.868 contratos de concessão de uso de janeiro a setembro de 2019 no Brasil (FERNANDES et al., 2020).

Além da paralisação da Reforma Agrária, tramitam projetos de lei no Congresso Nacional para flexibilizar a grilagem. O afrouxamento das leis agrárias<sup>8</sup> causou aumento do assédio do mercado imobiliário agrícola e violência contra comunidades rurais. A Medida Provisória 910/2019, que tramitou até 19 de maio de 2020 e seguiu com grande parte de seu conteúdo como Projeto de Lei 2633/202<sup>9</sup> amplia para todo território nacional a política de regularização fundiária que antes era aplicável apenas para a Amazônia Legal. Caso o PL seja aprovado, as terras públicas federais ou do INCRA (inclusive aquelas destinadas a assentamentos, terras indígenas e quilombolas) ficam disponíveis para o mercado de terras. O marco temporal para legalizar áreas ocupadas ilegalmente é modificado para 2014, e em caso de venda direta esse prazo se estende até 2018. Ou seja, a grilagem pode ser escondida por meio autodeclaratório, dispensada licitação, assinatura dos confrontantes e vistoria do INCRA para áreas de até 15 módulos fiscais<sup>10</sup>. Uma das principais ferramentas de grilagem utilizada atualmente pelos latifundiários e empresas agrícolas como autodeclaração é o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural.

<sup>8</sup> Lei 13.465/2017. <https://legis.senado.leg.br/norma/17723904>. Sobre a MP 910, já citada, ver também <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-114-aquisicao-de-terras-por-estrangeiros-no-brasil-uma-avaliacao-juridica-e-economica>

<sup>9</sup> <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2252589>

<sup>10</sup> Antes da proposta da MP 910 e de acordo com a Lei nº 11.952/2009, esse tipo de procedimento era permitido para ocupações de até 4 módulos fiscais, ou seja, pequena propriedade rural e agricultura familiar.



CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA  
CERTIFICADO DE CADASTRO DE IMÓVEL RURAL - CCIR  
EMISSÃO EXERCÍCIO 2018

DADOS DO IMÓVEL RURAL

2ª VIA - PÁG.: 1 / 1

CÓDIGO DO IMÓVEL RURAL 950.165.108.162-0	DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL RURAL FAZENDA PIQUI		DATA DO PROCESSAMENTO DA ÚLTIMA DECLARAÇÃO 11/02/2016	ÁREA CERTIFICADA¹ 0,0000			
ÁREA TOTAL (ha) 428,2454	CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA Média Propriedade Improdutiva⁵		MUNICÍPIO SEDE DO IMÓVEL RURAL SANTA FILOMENA	UF PI			
INDICAÇÕES PARA LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL RURAL 35 KM SEDE							
MÓDULO RURAL (ha) 30,0136	Nº MÓDULOS RURAIS 10,66	MÓDULO FISCAL (ha) 75,0000	Nº MÓDULOS FISCAIS 5,7099	FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO (ha) 4,00			
SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL RURAL (ÁREAS REGISTRADAS)							
UF/MUNICÍPIO DO CARTÓRIO PI/SANTA FILOMENA		DATA REGISTRO 03/05/2013	CNS OU OFÍCIO 79517	MATRÍCULA OU TRANSCRIÇÃO 991	REGISTRO R-1	LIVRO OU FICHA 2-C	ÁREA (ha) 428,2454
ÁREA DO IMÓVEL RURAL (ha)					REGISTRADA		428,2454
POSSE A JUSTO TÍTULO 0,0000		POSSE POR SIMPLES OCUPAÇÃO 0,0000		ÁREA MEDIDA 428,2454			

DADOS DO DECLARANTE

NOME Tellus Brasil Participações S.A.	CPF/CNPJ 12.955.763/0001-75
NACIONALIDADE BRASILEIRA	TOTAL DE PESSOAS RELACIONADAS AO IMÓVEL 1

DADOS DOS TITULARES

CPF/CNPJ 12.955.763/0001-75	NOME Tellus Brasil Participações S.A.	CONDIÇÃO Proprietário Ou Posseso Individual	DETENÇÃO (%) 100,00
--------------------------------	--	--	------------------------

DADOS DE CONTROLE

DATA DE LANÇAMENTO 05/11/2018	NÚMERO DO CCIR 21095779194	DATA DE GERAÇÃO DO CCIR 29/01/2019	DATA DE VENCIMENTO: **/**/****
----------------------------------	-------------------------------	---------------------------------------	--------------------------------

TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS (R\$)

DÉBITOS ANTERIORES 0,00	TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS 39,14	VALOR COBRADO 39,14	MULTA 0,00	JUROS 0,00	VALOR TOTAL *** QUITADO ***
----------------------------	--------------------------------------	------------------------	---------------	---------------	--------------------------------

OBSERVAÇÕES

1. ESTE DOCUMENTO NÃO TEM VALIDADE APÓS A QUITAÇÃO DA DEVIDA TAXA.  
2. TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS DO EXERCÍCIO JÁ QUITADA.

ESCLARECIMENTOS GERAIS

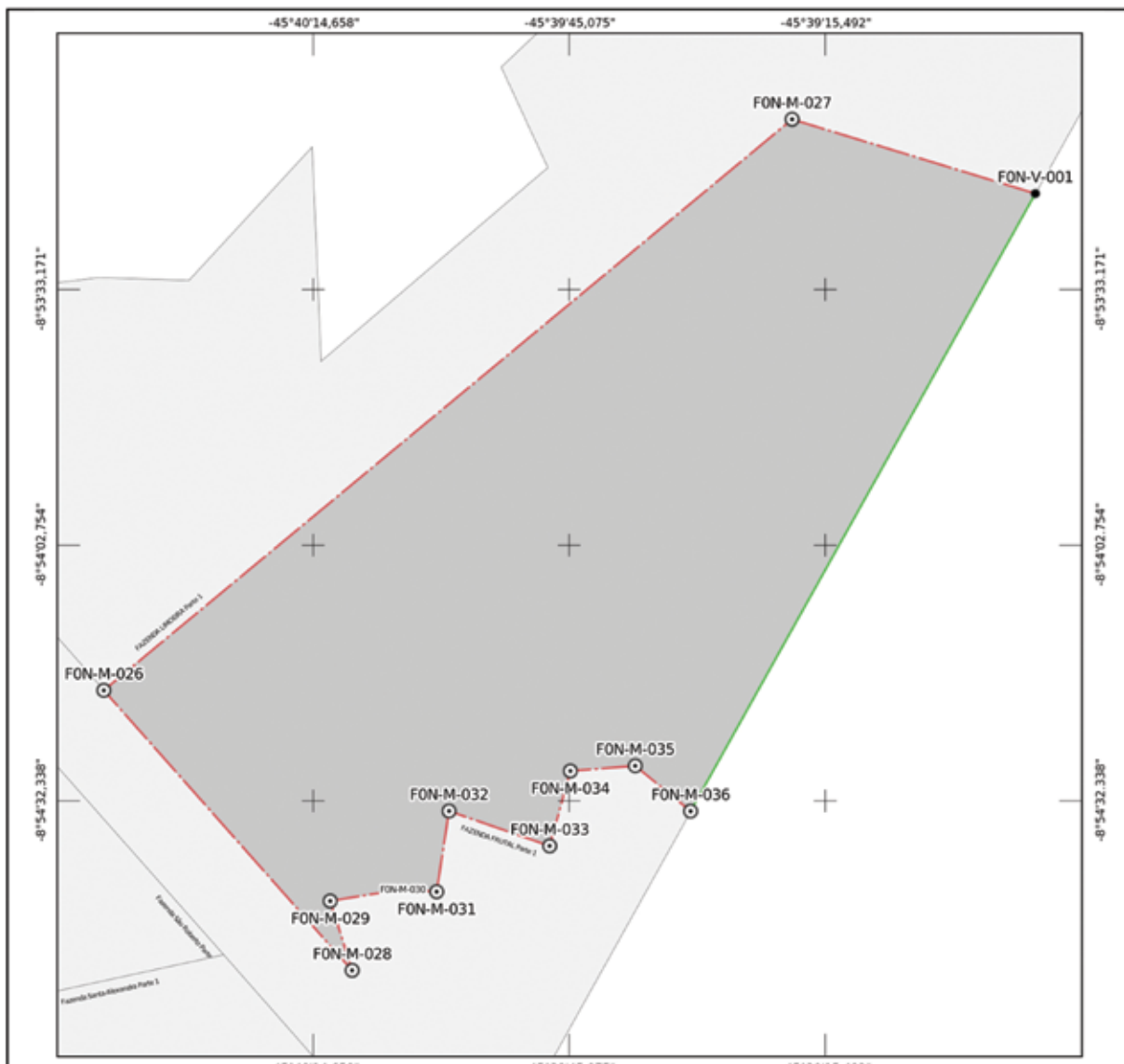
1. ESTE CERTIFICADO É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL PARA DESMEMBRAR, ARRENDAR, HIPOTECAR, VENDER OU PROMETER EM VENDA O IMÓVEL RURAL E PARA HOMOLOGAÇÃO DE PARTILHA AMIGÁVEL OU JUDICIAL "SUCESSÃO CAUSA MORTIS", DE ACORDO COM OS PARÁGRAFOS 1º E 2º DO ARTIGO 22 DA LEI 4.847/66.  
2. SEMPRE QUE OCORREREM ALTERAÇÕES NO SEU IMÓVEL, SEJA POR COMPRA, VENDA, PERMUTA, DOAÇÃO, ETC. OU NAS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO, REALIZE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO ATRAVÉS DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE PROPRIEDADE (DCIR) OU PROCURE O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA OU A UNIDADE MUNICIPAL DE CADASTRAMENTO - UMC, PARA ATUALIZAR O SEU CADASTRO RURAL.  
3. AS INFORMAÇÕES DESTES CERTIFICADOS SÃO EXCLUSIVAMENTE CADASTRAIS, NÃO LEGITIMANDO DIREITO DE DOMÍNIO OU POSSE, CONFORME PRECÍPITO DO ARTIGO 3º DA LEI 5.866/72.  
4. A TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS FOI LANÇADA COM BASE NAS SEQUENTES LEGISLAÇÕES: LEI 8.847/94, DECRETO LEI 1.969/92, LEI 4.504/64, DECRETO 35.894/65 E DECRETOS LEI 57/66.  
5. O TERMO "IMPRODUTIVO" NO CAMPO "CLASSIFICAÇÃO FUNDIÁRIA" INDICA QUE O IMÓVEL RURAL NÃO ATINGIU OS ÍNDICES QUE O CLASSIFICARIAM COMO PRODUTIVO, DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO ARTIGO 6º DA LEI 8.629/93.  
6. FMP - FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 6º DA LEI 5.866/72.  
7. ÁREA CERTIFICADA CONFORME DISPOSTO NA LEI 19.207/91 E SUAS ALTERAÇÕES.

TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS

1. O PRESENTE DOCUMENTO NÃO PODERÁ SER PAGO NO BANCO DO BRASIL.  
2. O CCIR COM A TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS NÃO QUITADA ATÉ A DATA DE VENCIMENTO DEVERÁ SER REEMITIDO, PARA ATUALIZAÇÃO DOS CÁLCULOS DE MULTA E JUROS - LEIS 8.022/90, 8.847/94 E 8.383/91.  
3. O CCIR NÃO É VÁLIDO COM A QUITAÇÃO DA TAXA.  
4. A COBRANÇA DA TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS OBEDECERÁ OS SEGUINTE CRITÉRIOS:  
A) PARA OS IMÓVEIS RURAIS CONSTANTES NO SNCR ANTES DO ÚLTIMO LANÇAMENTO MASSIVO, O VALOR DA TAXA É RELATIVO A TODOS OS EXERCÍCIOS NÃO LANÇADOS;  
B) PARA OS IMÓVEIS RURAIS INCLUIDOS NO SNCR APÓS O ÚLTIMO LANÇAMENTO MASSIVO, O VALOR DA TAXA REFERE-SE AOS EXERCÍCIOS NÃO LANÇADOS, A PARTIR DO EXERCÍCIO DE INCLUSÃO;  
5. O VALOR DE DÉBITOS ANTERIORES REFERE-SE AS TAXAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES AOS EXERCÍCIOS CORRESPONDENTES AO ÚLTIMO LANÇAMENTO MASSIVO, CUJA COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO NÃO FOI REGISTRADA ATÉ A DATA DE EMISSÃO DESTES CERTIFICADOS.

Número de Autenticidade  
09210.06500.08417.02284

Fonte: Sigef, 2019.



**Certificada - Sem Confirmação de Registro em Cartório**  
 Parcela certificada pelo SIGEF de acordo com a Lei 6.015/73 e pendente de confirmação do registro da certificação em cartório



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**  
**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**



**Denominação:**  
FAZENDA PIQUI  
**Proprietário:**  
TELLUS BRASIL PARTICIPAÇÕES S/A  
**Matrícula do imóvel:** Cartório de Registro de Imóveis:  
991 (07.951-7) Santa Filomena - PI  
**Código INCRA/SNCR:** 9501651081620  
**Município:** Santa Filomena-PI  
**CNPJ:** 12.955.763/0001-75

**Natureza da Área:**  
Particular  
**Responsável Técnico:**  
VICENTE RIBEIRO DA SILVA JUNIOR  
**Formação:**  
Engenheiro Agrimensor  
**Cód. Credenciado:** ESY  
**CREA:** 3508D/PI  
**A.R.T.:** 00019054787805127817 - PI

**Área (Sistema Geodésico Local):** 428,0042 ha    **Perímetro:** 9.960,20 m    **Sistema Geodésico:** SIRGAS 2000    **Sistema de Coordenadas:** Lat./Long. - não projetado    **Escala:** 1:21094    **Formato:** A4

● Vértice tipo M	— Linha ideal	— Cerca
○ Vértice tipo P	— Limite artificial não tipificado	
● Vértice tipo V	— Corpo d'água ou curso d'água	
● Vértice tipo O	— Linha de curmeada	
— Muro	— Grota	■ Imóvel em estudo
— Estrada	— Crista de encosta	■ Imóveis confrontantes
— Vala	— Pé de encosta	
— Canal	— Limite natural não tipificado	

**CERTIFICAÇÃO:** 0520fb18-93a9-49bd-8318-766d3d3e5211  
 Em atendimento ao § 5º do art. 176 da Lei 6.015/73, certificamos que a poligonal objeto deste memorial descritivo não se sobrepõe, nesta data, a nenhuma outra poligonal constante do cadastro georeferenciado do INCRA.  
**Data Certificação:** 02/02/2017 17:31  
**Data da Geração:** 29/01/2019 14:41



Esta planta foi gerada automaticamente pelo Sigef com base nas informações transmitidas e assinadas digitalmente pelo Responsável Técnico (Credenciado). A autenticidade deste documento pode ser verificada pelo endereço eletrônico <http://sigef.incra.gov.br/autenticidade/0520fb18-93a9-49bd-8318-766d3d3e5211/>

Fonte: Sigef, 2019.



Como é possível observar no certificado acima, a fazenda Piqui, uma das divisões da matrícula mãe da Fazenda Ludmila, da Radar, em Santa Filomena (PI), apesar de ser uma propriedade improdutiva e não possuir certidão confirmada em Cartório, está certificada e é passível de compra e venda. Destacamos, a seguir, impactos relacionados às empresas investigadas e que foram relatados pelos moradores das comunidades durante os trabalhos de campo realizados pelas pesquisadoras da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos no segundo semestre de 2019.

### Titulação

A titulação e reconhecimento de territórios coletivos das comunidades tradicionais é um mecanismo fundamental para garantir segurança – jurídica, cultural e produtiva – para que estas pessoas vivam em suas terras. No sul do Piauí, as comunidades produzem alimentos para subsistência, planejando o plantio para enfrentar estiagens e mantendo pequenos estoques de sementes e óleos de pequi e buriti. Como a maioria das comunidades no Piauí não possui documentos de título, concessão de posse ou Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, não conseguem acessar as políticas públicas agrícolas para que possam produzir mais alimentos e vender o excedente nos mercados locais. Apesar disso, a agricultura de subsistência é fundamental para a economia local e para a garantia do direito à alimentação.

Mesmo que algumas comunidades já possuam laudos antropológicos, como é o caso

dos territórios de Melancias, Salto e Brejo do Miguel<sup>11</sup>, os processos para titulação não estão progredindo. O Projeto de Assentamento Rio Preto, localizado no município de Bom Jesus, no Piauí, possui a titulação coletiva mediada pela Associação de Moradores do Assentamento Rio Preto. O assentamento está titulado com uma área total de 2.793ha, apesar da área requerida total pelos assentados ser de 4 mil hectares<sup>12</sup>. Mesmo regularizado em 2012 e sendo uma área demarcada pelo INCRA, as famílias assentadas no Assentamento Rio Preto sofrem constante ameaças<sup>13</sup> e propostas de compra de lotes, o que significa que a titulação não é necessariamente a solução para os problemas das comunidades. Para 2020, a proposta é lotear individualmente o território, o que facilitaria a venda de terras. A titulação pode facilitar a entrada destas terras no mercado especulativo. Para assentamentos em que a terra é mediada como concessão de uso e pertença das famílias, como ocorre no Projeto Extrativista Nova Descoberta (São Raimundo das Mangabeiras - MA) e Assentamento Alegre (Riachão - MA) não é possível vender os lotes. Caso a família deixe a terra há apenas o pagamento por benfeitorias. Além disso, a entrada de um novo morador precisa ser aprovada em assembleia, diferente das relações de compra e venda que envolvem o mercado imobiliário e especulativo de terras agrícolas. Esses mecanismos aumentam a fixação das famílias na terra, conjuntamente com condições de produção e acesso a políticas públicas.

No Piauí, não há nenhuma terra indígena ou quilombola reconhecida pelo estado brasileiro (FUNAI, 2020; INTERPI, 2020). No entanto, a inexistência de registros

<sup>11</sup> Sobre a comunidade Brejo do Miguel, as informações estão reunidas no Inquérito Civil 1.27.005.000203/2017-11.

<sup>12</sup> Ver SEI 54380.002410/2008

<sup>13</sup> <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/cpt/4754-nota-publica-sobre-conflito-de-terras-no-assentamento-rio-preto-sul-do-piaui>

de terras indígenas não equivale a inexistência de povos indígenas nem de reivindicações fundiárias, como foi observado no Território do Vão do Vico e do Morro D'Água em Santa Filomena (PI), que pleiteia por sua identidade Gamela a partir do resgate de sua cultura e de parentescos com indígenas do sul do Maranhão. A expulsão dos indígenas no Piauí está interligada à formação das fazendas e expulsão das comunidades tradicionais de seus territórios desde o século 19. Também visitamos a comunidade Arthur Passos em Jerumenha (PI) que, embora já tenha sido reconhecida como remanescente de quilombolas, aguarda a demarcação de suas terras.

## 2.2. Ameaças e repressão contra comunidades rurais

Segundo moradores da comunidade Baixão do Aleixo em Barras (BA), desde 2010 representantes da Terracal (Harvard) os ameaçam e exigem que vendam suas áreas para a empresa por um preço irrisório ou que abandonem a terra. Os moradores de Baixão do Aleixo afirmam que a empresa usa violência e intimidação, e que cercou terras mesmo após determinação de ação discriminatória judicial em favor da comunidade<sup>14</sup>. A Terracal construiu cercas nas terras de uso comum dos moradores e uma casa de alvenaria que servia de guarita

para seus seguranças. Além de frequentes rondas dos seguranças, advogados da empresa continuam “visitando” as áreas de uso comum e intimidando a comunidade. A mesma estratégia foi utilizada pela Terracal em Jerumenha (PI).

Em 2010 a comunidade de Arthur Passos, em Jerumenha (PI), foi certificada como remanescente de quilombos e até 2013 vivia pacificamente e se preparando para a demarcação da terra. Em 2013, quando a Terracal entrou nas áreas, as ameaças começaram. As famílias estão proibidas de acessar a área que ancestralmente foi utilizada para caça, pesca, plantio, para soltar o gado, para colheita de frutos como pequi e caju ou ervas medicinais. Estas atividades estão proibidas pela Terracal (Harvard) e à comunidade restou apenas o espaço de suas casas. As famílias seguem na área com a esperança de voltar a acessar a terra na qual sempre trabalharam e onde possuem suas raízes e meios de vida.

As ameaças também estão documentadas na ação trabalhista promovida por um ex-administrador de Terracal contra a Universidade de Harvard. Segundo troca de emails, anexos ao processo, foi orçada em 127 mil reais a colocação de 17.740 km de cercas às margens do Rio Gurgueia para “evitar o acesso dos criadores de animais da Comunidade de Arthur Passos à área”. As comunidades perderam acesso a áreas de chapada, já que a

---

<sup>14</sup> De acordo com a Revista “Nos Rastros da Grilagem”, da AATR: “Apesar das irregularidades apontadas, a peculiaridade deste caso reside no fato da Ação Discriminatória Judicial nº 0000822-37.2011.805.001812 proposta pelo Estado da Bahia ter tido como desfecho a realização de um acordo para excluir do conflito 27.799 hectares, supostamente de posse pacífica da Família Dantas e empresas adquirentes. Com isso, o Estado da Bahia, de forma deliberada, abriu mão do reconhecimento daquela terra enquanto devoluta, deixando, conseqüentemente, de incorporá-la ao patrimônio público. O acordo foi homologado por decisão do Juiz de Direito de Barra em outubro de 2014, constituindo título de domínio da referida área em favor da Pro-Flora Agroflorestal Ltda. e GBE Propriedades Empreendimentos Imobiliários Bahia Ltda., sucessoras da AVG Siderurgia Ltda. e Calsete Indústria Comércio e Serviços Ltda. no negócio.” [https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/25-cartilhas/14065-no-rastro-da-grilagem-formas-juridicas-da-grilagem-contemporanea?option=com\\_jdownloads](https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/25-cartilhas/14065-no-rastro-da-grilagem-formas-juridicas-da-grilagem-contemporanea?option=com_jdownloads)

Serra do Centro (Tocantins e Maranhão), Chapada das Mangabeiras (Maranhão, Piauí), Chapadas do Alto Parnaíba e Serra do Penitente (Maranhão e Piauí), Chapadões do Alto Itapecuru (Maranhão), Formação Sambaíba (Tocantins e Maranhão)<sup>15</sup>, são as

áreas de grilagem e expansão do agronegócio no Matopiba. As comunidades querem seguir utilizando a área para pasto de seus animais: “a área do conflito é exatamente aquela que nós usávamos antes destas fazendas estarem aí”, dizem os ribeirinhos do Território Chupé.



Fazenda Alvorada, divisa com a comunidade ribeirinho-brejeira Melancias. Atualmente, o território Melancias sofre constantes ameaças. Foto: Débora Lima (2019).

<sup>15</sup> IBGE. Mapa geomorfológico do Brasil: escala 1:5.000.000. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.



Essa afirmação é feita por todas as comunidades em que visitas de campo foram realizadas. As fazendas que produzem *commodities* utilizam as áreas de chapada para tal finalidade e os “baixões” - área de plantio e habitar das comunidades tradicionais - como reserva ambiental, apesar de, em alguns casos, as áreas ainda estarem sob disputa legal. No Piauí, famílias de Barra da Lagoa pleiteiam um território coletivo ribeirinho junto à comunidade Chupé. As empresas destroem o meio ambiente e ameaçam as comunidades locais. Outra queixa da mesma comunidade está relacionada à invasão, por parte das empresas, às áreas do baixão: “*Tem bastante reservas em terras de baixão, onde antes morava muita gente, [...] Aqui, como é terra que tem altos e baixos não interessa (para a empresa expandir monocultivos). Então pensam em botar aqui para reserva.*”

O Território Melancias é composto por seis comunidades: Passagem da Nega (Passaginha), Sumidouro, Brejo das Éguas, Riacho dos Cavalos e Melancias I e II. Situado a 94km da sede do Município de Gilbués (PI), é constituído por 38 famílias que moram às margens do Rio Uruçuí-Preto e vivem da extração do buriti, mangaba, pequi e do cultivo da mandioca, do feijão, do arroz e milho e da criação de gado na solta em áreas coletivas, porcos, ovelhas e galinhas. A comunidade está no projeto de Regularização Fundiária do Governo do Estado do Piauí financiado pelo Banco Mundial, através do Projeto Piauí Pilares do Crescimento e Inclusão Social.

As famílias do território são impactadas pela Fazenda Alvorada, localizada nos baixões e que tem impedido o uso das veredas para criação do gado. Além da Alvorada, a Fazenda

Passaginha tem desmatado e destruído parte da mata ciliar do rio Uruçuí Preto e de sua nascente. A violência das empresas contra as comunidades tem sido constante e se agravou desde 2019. Em novembro de 2019, a Fazenda Alvorada expulsou as famílias da sua área coletiva de solta do gado e das roças. Com participação da polícia, seguranças da fazenda deslocaram parte do rebanho das famílias. A ação foi realizada com a presença da polícia militar de Gilbués-PI. Não foi apresentado nenhum documento oficial que justificasse essa ação arbitrária, autoritária e violenta<sup>16</sup>.

### 2.3. Queimadas e desmatamento

O avanço do fogo entre 2018 e 2019 é notório na região do Matopiba. De acordo com o satélite de referência do projeto Queimadas, usado para compor a série temporal e permitir a análise de tendências, desde o início de 2019 houve por volta de 41 mil queimadas em todo o Cerrado, pouco mais de um terço do observado em todo o Brasil. Em agosto de 2019, houve um episódio que ficou conhecido como “dia do fogo”, quando representantes de interesses de grileiros e do agronegócio formaram um grupo para incendiar áreas na Amazônia e no Cerrado. Segundo monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), onze dos vinte municípios mais incendiados no Cerrado estão na região do Matopiba. No topo da lista das queimadas, quatro dos cinco municípios mais atingidos também estão no Matopiba. O segundo município mais atingido em agosto de 2019 foi Mirador no Maranhão, com 506 focos. Este município, que sedia o Parque Estadual do Mirador (PEM), é um dos vinte pontos que contêm os maiores resquícios

<sup>16</sup> <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/5195-nota-publica-os-conflitos-no-campo-nao-param-no-sul-do-piaui>

de Cerrado no Matopiba. Entre 9 de agosto e 9 de setembro houve pelo menos 312 focos dentro dos seus 437 mil hectares de parque. Durante trabalho de campo, constatamos a

presença de queimadas nas Fazendas Ludmila e Laranjeiras, da Radar, em Santa Filomena (PI) e nas áreas próximas à Marimbondo Engano, em Tasso Fragoso (MA).<sup>17</sup>



Camponeses apagando focos de queimada criminosa embarra do Ouro, Tocantins. Foto: Débora Lima (2019).

---

<sup>17</sup> Consultar também Fazendas griladas pelos fundos Harvard e TIAA no cerrado em chamas: <https://grain.org/e/6340>



O foco de incêndio captado por satélites, com informações de Chain Reaction Research<sup>18</sup> foi comprovado durante nosso trabalho de campo também em Jerumenha, no Piauí. Encontramos vestígios do fogo na área da Fazenda São Pedro, da Terracal (Harvard). Moradores da comunidade de Arthur Passos acreditam que o incêndio tenha sido provocado como forma de intimidar as pessoas da comunidade. A área está cercada e vigilantes da empresa não permitem a presença de moradores desta comunidade.

As queimadas no Cerrado fazem parte de um ciclo de grilagem, especulação com terras, degradação ambiental e desmatamento do bioma. Com frequência, os incêndios são usados para expulsar moradores destas comunidades. Outra provável causa dos incêndios é a inflamabilidade dos agrotóxicos usados pelo agronegócio: *“Agrotóxico seca tudo, torra tudo. O dessecante é o mais perigoso porque desseca mesmo. E esse dessecante fica na terra, deixa tudo seco e só brota quando a chuva chega. E por estar tudo seco,*

*provoca o incêndio, que desce para nossas áreas”*, relata um jovem de uma das comunidades visitadas no Piauí.

No Assentamento Rio Preto, localizado em Santa Filomena, as queimadas aumentaram consideravelmente em 2019. Um dos assentados está trabalhando na Brigada de Fogo do IBAMA. Houve queimadas criminosas nas áreas do Brejo, Santa Clara e em parte do Assentamento Rio Preto. Para esse assentado, *“queimam para depois passar o correntão e criar pasto ou plantar soja. O problema quando queima o brejo é que não dá nem pra plantar. Morre tudo”*.

As queimadas também são utilizadas como estratégia de desmobilização das comunidades. Em setembro de 2019, enquanto ocorria o encontro da Articulação Camponesa Tocantinense, foram ateados diversos focos de fogo próximos ao local onde ocorria o encontro. As labaredas chegaram a poucos metros de algumas casas de camponeses.



Queimadas no município de Gilbués (PI) nas proximidades da comunidade de Melancias. Foto: Débora Lima (2019).

<sup>18</sup> <https://grain.org/e/6340>





Incêndio em Tasso Fragoso (MA). Foto: Débora Lima.

As empresas que especulam com terras e promovem destruição ambiental também podem enfrentar exposição a riscos irreversíveis<sup>19</sup>. Ainda assim, encontramos uma área da Brasil Agro desmatada e queimada em 2019 para a expansão de cana-de-açúcar. O foco de desmatamento está localizado entre a área de chapada da fazenda São José e o limite do Parque Estadual do Mirador, bem como na parte da área de reserva legal da Fazenda Agroserra, que foi adquirida pela Brasil Agro. A Brasil Agro desmatou, entre 2012 e 2017, 21.690 ha de vegetação nativa no Cerrado, de acordo com relatório da Chain Reaction Research (2018)<sup>20</sup>. Entre junho e dezembro de 2018 a fazenda Ludmila Laranjeiras, da Radar, desmatou uma grande área, segundo relatos de moradores da região à Rede Social em outubro

de 2019. No primeiro trimestre de 2020, a SLC desmatou um total de 5.200 hectares de Cerrado na Fazenda Parceiro, localizada em Formosa do Rio Preto (BA), de acordo com relatório publicado pela Chain Reaction Research em abril de 2020<sup>21</sup>. Em maio de 2019, a SLC havia desmatado 1.355 hectares. O trabalho de campo da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos em 2019 passou também por algumas áreas que foram desmatadas nos últimos dois anos em São Raimundo das Mangabeiras, Balsas, Fortaleza dos Nogueiras e Loreto. O desmatamento é feito para expandir monocultivos do agronegócio. A prática do correntão - na qual as extremidades de uma corrente são presas a dois tratores para arrancar árvores pela raiz - e trator de esteira é recorrente.

<sup>19</sup> <https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2018/12/Farmland-Report-2018.pdf>

<sup>20</sup> <https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2018/11/BrasilAgro-5.069-Hectares-de-Floresta-do-Cerrado-em-Risco-Iminente.pdf>

<sup>21</sup> <https://chainreactionresearch.com/the-chain-slc-agricola-moves-forward-with-clearing-5200-hectares-of-native-vegetation/>

A comunidade Melancias está próxima à Fazenda Paineira com 12.040,07 hectares de área total e foi arrendada pela empresa Celeiro, do proprietário José Tiecher. Segundo relatos, houve desmatamento de cerca de 543 ha. Essa fazenda impacta diretamente as comunidades do Salto, Assentamento Rio Preto e Correntino.

## 2.4. Contaminação por agrotóxico e poluição da água

Moradores das comunidades no sul do Piauí e no sul do Maranhão próximas às fazendas das empresas pesquisadas relatam que rios estão secando, que suas vazantes diminuíram e que há mudança no regime de chuvas. Com a construção de poços ou represas pelas empresas para irrigação de monocultivos, as comunidades enfrentam extinção das nascentes e dos brejos próximos, poluição dos rios, escassez de peixes e da fauna local. Os moradores das comunidades também são impactados com a contaminação da água de brejos e rios, principalmente por agrotóxicos, que contaminam a água utilizada para consumo humano e preparação de alimentos.



O desmatamento e a construção de poços pela Insolo no município de Baixa Grande do Ribeiro, no Piauí, próximo às comunidades Salto, Morro D'Água e Assentamento Rio Preto, causou enorme impacto no nível de água dos rios: “Uma fazenda ao lado da Galileia, a Insolo, desmatou 10 mil hectares e dois brejos secaram. O desmatamento foi na cabeceira dos dois brejos. Agora só tem água no período chuvoso. Porque antes não tinham poços em cima da serra e hoje cada fazenda tem um poço. Isso faz com que nossas águas sequem. Hoje nós temos mais ou menos a faixa de uns três quilômetros do brejo que está secando”, relata um morador da comunidade.

Na Fazenda São José, em São Raimundo das Mangabeiras (MA), a Brasil Agro se apropriou da água com duas represas de quatro quilômetros de extensão, o que diminuiu a capacidade de recarga nas áreas de chapada. A empresa recebeu também uma outorga de 250 m<sup>3</sup>/s do Rio Itapecuru, que margeia sua fazenda e o Parque do Mirador. O Itapecuru já está bastante assoreado pelo uso abusivo de água pelo agronegócio, como a Rede Social pode comprovar em visita a um local conhecido como Fazenda Deserto, próximo à Fazenda São José. A quantidade de chuva na região teve queda de 8,4% nas últimas três décadas, fazendo com que a Brasil Agro enfrente riscos operacionais e sociais.



Dutos e canais de irrigação da Fazenda São José (Brasil Agro) em São Raimundo das Mangabeiras, na proximidade do Parque Estadual do Mirador. Fotos: Débora Lima (2019).



O aumento do uso de agrotóxicos na região é notório e seu impacto vem sendo relatado recorrentemente pelas comunidades, tanto no sul do Maranhão como no sul do Piauí. Tal aumento coincide com a liberação de agrotóxicos para registro e comercialização no Brasil em 2019, quando foram liberados 502 novos agrotóxicos pelo Ministério da Agricultura. Apesar da grave crise de saúde pública e de uma pandemia que tem relação com a destruição da biodiversidade, o governo Bolsonaro continua aprovando a utilização e comercialização de novos agrotóxicos. O Ministério da Agricultura liberou 150 novos agrotóxicos entre janeiro e maio de 2020<sup>22</sup>.

A contaminação por agrotóxicos oriundos das plantações do agronegócio no Cerrado piauiense é maior nas comunidades de Salto, Morro d'Água e Assentamento Rio Preto, que ficam nas proximidades das serras do Quilombo e do Riozinho, onde há diversas fazendas, entre elas a Galileia e a Insole (Harvard). Segundo um morador de uma das comunidades visitadas no Sul do Piauí, as fazendas utilizam pelo menos três tipos de veneno. Fazem pulverização aérea, depois utilizam-se de um vermífugo diretamente na terra, e quando a soja já está plantada e pronta para a colheita utilizam um agrotóxico dessecante: *“E tem mais um, que você não aguenta com dor de cabeça, que eles passam com avião”*.



Laranjeira atacada por fungos no quintal de uma família em Brejo das Éguas, na comunidade de Melancias, no município de Gilbués (PI). Foto: Débora Lima.

Nas comunidades do Sul do Piauí há ribeirinhos contaminados por agrotóxicos, que sofrem com deformidades cutâneas e problemas respiratórios. Outra moradora mostra o pé e explica: *“Basta eu pisar na lama do rio que meu pé começa a rachar. Se eu passar um dia sem a lama do riacho, percebo que fica melhor. Numa comunidade aqui próxima (Chupé) conheci uma senhora que está com os pés horríveis. Todo mundo reclama dos agrotóxicos.”*

A maioria das empresas localizadas no Matopiba realiza pulverização aérea que atinge, a partir das correntes de vento, áreas de plantação de alimentos das comunidades. As famílias relatam que é frequente perderem os alimentos que plantam por causa da contaminação por agrotóxicos: *“Quando o avião faz a volta, a torneira do avião fica aberta e atinge o baixão. Cai em cima das nossas plantações e queima nosso milho, feijão, arroz, fava. Antes das fazendas estarem na serra isso não acontecia”*, conta uma moradora das comunidades.

Com a alta aplicação de agrotóxicos pelo agronegócio nas chapadas, as pragas tendem a buscar lugares mais susceptíveis nos plantios das comunidades, comprometendo sua soberania alimentar por contaminar a fauna de insetos de maneira desequilibrada ao ambiente. Além de gafanhotos e outros animais como macacos e emas, que cada vez menos encontram áreas de bioma preservado para sua alimentação e reprodução, há um tipo de fungo que vem se espalhando de maneira desenfreada em todo território da comunidade de Melancias e Chupé.

<sup>22</sup> <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/13/mesmo-com-pandemia-governo-bolsonaro-ja-liberou-150-novos-agrotoxicos-este-ano>



Uma moradora da comunidade Salto, no sul do Piauí, relatou que a água fica envenenada no período de chuvas de outubro a abril: *“A água da serra desce pro baixão, cai no riacho cheia de agrotóxicos. Aqui a gente não tem poço, nem água encanada; só temos a água do rio e dos brejos pra beber; bebemos o veneno que cai da serra na água do rio.”* Às famílias, não resta outra alternativa que consumir água contaminada para banhar-se, cozinhar e plantar durante os meses de chuva. *“A gente sente um cheiro de carrapato quebrado. É o cheiro que sinto quando levo o copo na boca pra beber. Você sente aquele cheiro e você só bebe, infelizmente, porque não tem outra água”,* relata a moradora.

*“Meu padrinho faleceu de câncer do pulmão há duas semanas. Eu acho que a morte dele tem a ver com respirar agrotóxicos. Nunca*

*havia ouvido falar de câncer por aqui e agora é uma coisa sem limites”,* relata outro morador.

Os animais também consomem água da mesma fonte nos rios. Os moradores do Assentamento Rio Preto notam que há poucos peixes e nos meses de chuva vêem peixes mortos com frequência. *“O gado bebe essas águas e fica magrinho, intoxicado. Não é fome, porque aqui pra nós é verde. É a água intoxicada que está fazendo a gente perder o gado”.*

Outro problema ocasionado pelo agrotóxico que afeta tanto as águas como as vidas no sul do Piauí é o “lixão a céu aberto”: *“Tem o lixão que fazem na escapa da serra, que é mais um reforço pro agrotóxico entrar dentro de nossos brejos. Jogam milho envenenado, tambor de veneno, todo lixo da fazenda as empresas jogam ali. E fica ali. E os bichos do Cerrado consomem o lixo e morrem, pois está tudo envenenado”.*



Lixão a céu aberto em chapada piauiense. Foto: Arquivo CPT/PI.

## 2.5. Precarização do trabalho e trabalho escravo

A especulação com terras e a expulsão de comunidades rurais de suas terras gera maior exploração do trabalho na região, tanto nas fazendas do agronegócio quanto na exploração do trabalho doméstico das mulheres. Os homens geralmente trabalham no plantio, gradeamento da terra e na condução dos tratores: *“Muitas vezes as pessoas se sujeitam a trabalhar para ganhar algo. Eles pagam diária de 50 reais das 7h30 às 17h”*, relata um morador do sul do Piauí.

A atuação das imobiliárias agrícolas nos territórios vem agravando as condições trabalhistas no campo ao contratarem serviços terceirizados. Com a lei de terceirização (13249/2017)<sup>23</sup> as atividades-fim também podem ser terceirizadas e retira-se a obrigatoriedade de Sindicatos para acompanhar rescisões e contratações dos trabalhadores.



Trabalhador de Brasil Agro e que também presta serviços à Agroserra. Fortaleza dos Nogueiras/São Raimundo das Mangabeiras (MA). Foto: Débora Lima (2019).

De acordo com documentos da empresa Brasil Agro de 2018 e de pesquisas desenvolvidas por Nascimento (2019), a empresa possui 69 trabalhadores na Bahia e 125 no Maranhão, todos na fazenda São José. Durante visita em 2019 às fazendas São José e Parceira IV, observamos estreita relação com a Agroserra, a fazenda vizinha, que compartilha diversas estruturas, por exemplo, o alojamento dos trabalhadores. Estas duas fazendas da Brasil Agro foram adquiridas a partir de um desmembramento da fazenda Agroserra. Em ambas, observa-se que parte da contratação dos trabalhadores se dá por dezenas de empresas terceirizadas, além do maquinário também ser terceirizado. A Agroserra foi autuada pelo Ministério do Trabalho por trabalho escravo em 2009 e 2012.

Os estados do Matopiba, conhecidos como fornecedores de mão-de-obra para redes de escravidão contemporânea, Maranhão e Piauí, também sítiam locais

<sup>23</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm)



de trabalho escravo em função do avanço do agronegócio e em atividades como extração de cera de carnaúba e carvoarias (CDVCH/CB e CPT, 2017, p.20). Computando as denúncias de condições degradantes de trabalho - situações que colocam em risco a saúde e a vida do trabalhador, jornada exaustiva, trabalho forçado e servidão por dívida - recebidas pela CPT e os demais casos fiscalizados na região Matopiba, foram contabilizados 113 casos de trabalho escravo, envolvendo 1.358 pessoas entre 2003 e 2019. As fazendas de pecuária e soja são os principais destinos do trabalho escravo no Matopiba (CPT, 2020).

Comunidades camponesas, quilombolas e indígenas sofrem constante repressão e violência com a expansão do agronegócio. A especulação com terras está ligada à desregulamentação financeira e agrava a crise econômica, social e ambiental. A intensificação da produção de *commodities* no Matopiba causa destruição da biodiversidade, degradação da terra e poluição das fontes de água. O desmatamento e as queimadas no Cerrado se intensificaram recentemente. Todos esses impactos mostram que é fundamental garantir o direito à terra e ao território das comunidades rurais para defender a preservação deste bioma.



Fazenda São Pedro, em Jerumenha (PI), próxima à comunidade quilombola Artur Passos. Foto: Daniela Stefano (2019).



# **ANEXO**

**A formação da região Matopiba  
e a resistência das comunidades tradicionais**

## A formação da região Matopiba e a resistência das comunidades tradicionais

### Ocupação do território pelas comunidades tradicionais: o interior do Brasil não é um “espaço vazio”

Segundo Furtado (2005), o litoral não possuía boa qualidade de pastos para abrigar o gado, o que explica sua expansão para o sertão no começo do século 17, ultrapassando o rio São Francisco, alcançando o rio Tocantins e se estendendo para o Maranhão, ocupando a região sul deste estado no século 18. Quanto mais a criação de gado se interiorizava, mais oneroso ficava o transporte do produto até as regiões litorâneas. Com os lucros caindo, o interesse pela criação de animais também diminuía e, ao mesmo tempo, a relação de trabalho se diversificava entre meeiros, indígenas e populações escravizadas no interior do Brasil. Era uma atividade que atendia, em grande parte, a subsistência das comunidades do sertão e o comércio do excedente para as regiões litorâneas, uma vez que se aproveitava tudo o que o gado oferecia para garantir a sobrevivência. Para Valverde (1985, p.163), foi pelas fazendas de criação que se fixou a colonização de todo o Piauí e o sul do Maranhão até as barrancas direitas do Tocantins. As fazendas de gado atravessaram o rio Tocantins no século 19 e ocuparam o norte de Goiás (onde hoje está o estado do Tocantins).

A escravidão e o trabalho compulsório estão intimamente ligados à composição

histórica da região recentemente delimitada como Matopiba. A violência sistematizada aparece na mineração<sup>24</sup>, que se expandiu para Goiás, para o atual estado do Tocantins e para a Bahia desde o século 17. O pagamento de tributos, a violência física, material e imaterial formaram a “modernidade” brasileira. Tal violência escravocrata foi responsável, por exemplo, pela migração de negros fugidos das jazidas da Chapada da Diamantina em direção ao oeste da Bahia e ao Jalapão, no Tocantins. Nesse trajeto, é possível notar a presença de comunidades tradicionais e quilombos, que residem nesses locais até a atualidade. Assim como os quilombos e mocambos em si, espaços onde era possível se construir um novo habitat para além das relações de escravidão das fazendas e das minas, a mobilidade também era uma estratégia de resistência e guerra. Era comum a mudança de local das casas, rotação das roças e o uso extrativista, que permeiam dezenas de milhares de hectares. Há registros de estacas, muralhas e falsos caminhos, que eram construídos para evitar ataques e permitir a fuga. O uso de armas tipicamente indígenas era utilizado por negros, além de armas de fogo adquiridas por meio de trocas comerciais ou saques. De acordo com Lopes Oliveira (2009), os negros dos séculos 17 e 18 fugiam e transitavam de canoa pelos rios Araguaia e Tocantins. Os rios da bacia do Tocantins-Araguaia, Parnaíba e São Francisco eram fundamentais, tanto para a comunicação das comunidades quanto para sua dispersão ao longo do território<sup>25</sup>. Após o fim da escravidão, os negros libertos tinham a obrigatoriedade de estar sempre em posse de sua carteira de trabalho, sob o risco de serem presos e condenados a trabalhar compulsoriamente.

<sup>24</sup> “A força armada se mobilizava, a população vivia sob o terror; casas particulares eram violadas a qualquer hora do dia ou da noite, as prisões se multiplicavam. Isto durava não raro muitos meses, durante os quais desaparecia toda e qualquer garantia pessoal. Todo mundo estava sujeito a perder de uma hora para outra seus bens, sua liberdade, quando não sua vida. Aliás, os derrames tomavam caráter de violência tão grande e subversão tão grave da ordem, que somente nos dias áureos da mineração se lançou mão deles” (PRADO JR, p.40, 1982). O declínio do ouro sem nenhuma melhoria ou investimentos na atividade acelerou e aprofundou a crise.

<sup>25</sup> Os rios também foram utilizados como meios de interiorização das expedições européias desde o século XVI na bacia do Tocantins e rio São Francisco (LIMA, 2017).

Esta era uma das estratégias do Império para manter controle sobre escravos libertos e aqueles que fugiam eram enviados para zonas de fronteira. Dessa forma, o Império criou uma “economia do castigo” para favorecer fazendas de café, algodão, cana e para as minas de ouro.

### **Da expulsão das comunidades tradicionais à formação das fazendas**

Durante a colonização se formaram vilas e “ocupações sedentárias” no interior do Brasil. O semi-nomadismo e o nomadismo dos modos de vida das comunidades tradicionais do Cerrado ao longo dos séculos foram dizimados. Como explica Pedro Puntoni (2002), a expansão da criação do gado solto aprisionou os povos indígenas. A colonização dos sertões foi sempre um processo violento contra as populações locais, mas foi apresentada como “pacificação” e ocupação de “espaços vazios”.

Os povos indígenas e negros foram e continuam sendo expulsos de suas terras, mas resistiram contra a colonização, lutando e se defendendo<sup>26</sup> contra a violência ao seu território. Para esconder a violência da colonização, foi propagada a imagem do “homem cordial” como um dos pilares da formação do Brasil (HOLANDA, 1996). Os Karajás, Caiapós, Xavantes, Xerentes e outros povos indígenas tentaram impedir, de diversas formas, a entrada dos colonizadores pelos rios. As estratégias para colonizar o interior do Brasil, que territorialmente corresponde aos estados do Tocantins, Maranhão, Bahia e Piauí, incluíam: a) a ideia de que era preciso povoar “espaços vazios”; b) o controle e repressão contra povos indígenas através do cristianismo; e c) a exploração da mão de obra indígena. Marivone Chaim (1974) explica que tais estratégias serviram para facilitar a exploração de bens naturais pelos colonizadores e seus projetos comerciais.



Memórias de uma família Gamela no Território Vão do Vico. A família está há 3 gerações no território de Gamela. Foto: Andressa Zumpano (2019).

<sup>26</sup> A destruição do Presídio Militar de Santa Maria do Araguaia, pela coligação dos índios Xerentes, Xavantes e Karajás, no ano de 1813, deixa evidente a insatisfação com as estranhas atitudes vindas “de fora”. (CARVALHO, 2008, p. 59).



A chegada de “forasteiros”, ou seja, os não-índios, pelos rios fizera com que etnias do grupo Timbira<sup>27</sup> se afastassem das margens dos rios Tocantins e Araguaia e se refugassem nas matas de babaçu, Cerrado e Amazônia na região do Bico do Papagaio<sup>28</sup>, no Tocantins. As terras próximas aos grandes rios eram chamadas de “beira”, lugar onde se situam comunidades camponesas (VELHO, 2013). Eram locais de terra fértil onde se praticava agricultura de vazante e atividade pesqueira. Era comum a rotação de áreas para o cultivo e usos sazonais de locais para rituais, festas, extrativismo e plantio de culturas temporárias. Ao longo da história, a rotação de áreas e atividades semi-nômades vão sendo suprimidas, restringindo as comunidades tradicionais a áreas cada vez mais reduzidas. As formas de expropriação adquiriram novas estratégias no século 19, quando a dimensão abstrata da propriedade da terra e do valor passam a ser determinantes. No século 19, a expansão das fazendas de gado e a expropriação das comunidades tradicionais se intensificam. Houve resistência nas terras dos indígenas Timbiras e seus diversos grupos no Tocantins e no sul Maranhão, assim como os Aroaquizes, Carapotangas, Acoroás,

Rodeleiros, Beçudos, Precatizes no sul do Piauí<sup>29</sup>, e os Xacriabás no oeste da Bahia. A fixação da economia capitalista na região do oeste da Bahia ocorre quando núcleos habitacionais foram elevados à condição de municípios no século 19: Cotegipe (1820), Carinhanha (1832), Santa Rita de Cássia (1840) e Angical (1890) são emancipados do território de Barra; Correntina (1866) e Santa Maria da Vitória (1880) se emancipam de Carinhanha; Barreiras, de Angical; e Santana (1890), de Santa Maria da Vitória (OLIVEIRA, 2014). Houve deslocamento populacional de várias regiões baianas em direção à montante dos afluentes do rio São Francisco e de seus subafluentes localizados nos gerais do oeste da Bahia.

Quando a colonização violenta se aproximava, havia caminhos e terras devolutas para adentrar-se, criar outra morada e garantir o plantio de subsistência e rotação longa de culturas, a ‘roça no toco’, chapadas para a criação do gado na solta e a reprodução do capim agreste, típico do Cerrado, como foi possível observar a partir de trabalhos de campo nas comunidades que estão há mais de 100 anos na região.

---

<sup>27</sup> <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Timbira>

<sup>28</sup> Entrevistas com agentes da Comissão Pastoral da terra e do Conselho Indigenista Missionário apontam que alguns conhecimentos de canoagem e pesca de alguns aldeamentos e grupos Timbiras se perderam após gerações que não se conectavam diretamente com os rios.

<sup>29</sup> No Piauí, circularam também Genipapos, Guaranis e Gamelas nas margens do rio Parnaíba e Guajajara entre as margens do rio Uruçuí e Gurgéia, entre os atuais estados do Maranhão e Tocantins (CHAVES, 1953). Chaves também aponta os conflitos e massacres que ocorreram nos séculos XVII, mostrando como foi difícil eliminar os indígenas do Piauí. Vale ressaltar que algumas comunidades parcerias da CPT e da Rede Social de Justiça, como o território Vão do Vico, buscam reconhecimento como indígenas Gamelas.



Saída da MA-006 para estrada de terra. Em outubro de 2019, comunidades locais organizaram um protesto contra as péssimas condições desta estrada que tem sido explorada para o escoamento de *commodities* para exportação. Foto: Débora Lima (2019).

### Delimitação do PDA Matopiba

A região do sul do Maranhão, sul do Piauí, Tocantins e oeste da Bahia tem sido alvo da exploração de recursos naturais para favorecer o mercado externo e, mais recentemente, da especulação com terras. Em meados dos anos 2000 a região teve um crescimento abrupto de grilagem e compra de terras. O Matopiba passou a ser alvo da expansão do agronegócio com participação brasileira<sup>30</sup> e estrangeira<sup>31</sup>. Em 2015-2019 o montante destinado foi de R\$85,98 bilhões de reais<sup>32</sup>. Além do PAC, criou-se uma Secretaria de Assuntos Estratégicos e uma Agência

de Desenvolvimento do Matopiba<sup>33</sup>. Com mudanças políticas após o golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, as diretrizes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) deixaram de priorizar a execução do PDA Matopiba, especialmente após o fechamento da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos do Matopiba em 2015. Em outubro de 2019, o governo federal rearticulou a Frente Parlamentar do Matopiba e o PDA. As alterações políticas não interferiram na especulação com terras e no avanço do agronegócio na região. A aquisição de terras por empresas financeiras nacionais e estrangeiras fortalece o poder do agronegócio.

<sup>30</sup><http://o.norteaeroportopecuario.com.br/index.php/noticias/524-exporta%C3%A7%C3%A3o-de-soja-cresce-42,3-e-transforma-tocantins-em-janela-para-investimentos-de-empresas-do-exterior>

<sup>31</sup><https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/169476-japoneses-vaio-investir-em-agricultura-no-matopiba.html>; <http://o.norteaeroportopecuario.com.br/index.php/noticias/524-exporta%C3%A7%C3%A3o-de-soja-cresce-42,3-e-transforma-tocantins-em-janela-para-investimentos-de-empresas-do-exterior>

<sup>32</sup> <http://pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesregionais>

<sup>33</sup> Projeto de Lei Complementar 279/16. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2084392>

## Bibliografia

ACTIONAID. Impactos da expansão do agronegócio no Matopiba: comunidades e meio ambiente. Rio de Janeiro: ActionAid e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2017.

Associação dos Pequenos Produtores do Tocantins, APA-TO. Os territórios Quilombolas no Tocantins. (orgs.). Paulo Rogério Gonçalves, Raphael Alves Vieira da Silva. Ford Foudation, 2012.

BOECHAT, C. A.; PITTA, F. T.; TOLEDO, C. A. “Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola. Revista NERA, v. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CASTILLO, R. Agricultura globalizada e logística nos cerrados brasileiros. In: Circulação, transportes e logística: diferentes perspectivas. Outras Expressões. São Paulo, 2011.

CHAIM, M. M. Os Aldeamentos Indígenas na Capitania de Goiás: Sua Importância na Política de Povoamento (1749-1811). Goiânia: Edição do Departamento Estadual de Cultura, Editora Oriente, 1974.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. Soja, Safra. 2019/2020. Sexto levantamento, Maio de 2020.

CPT, COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no campo. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia, CPT Nacional, 2020.

FERNANDES, B. M; JUNIOR, J. C.; SOBREIRO FILHO, J.; LEITE, A Z.; SODRÉ, R. B.. A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo DATALUTA: janeiro de 2020.

FREDERICO, S. Constituição e translatinização das megaempresas argentinas”. Em: BERNARDES et al. (orgs.). Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. RJ, Ed. Lamparina, 2017.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

HOLANDA, S. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IBGE. Mapa geomorfológico do Brasil: escala 1:5.000.000. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

LIMA, D. A. Terra, trabalho e acumulação: o avanço da soja na região Matopiba. 2019. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

LIMA, D. A fronteira moderna de grãos e as transformações do espaço agrário do Tocantins. Palmas: EdUFT, 2017.

LOPESOLIVEIRA, M.A. Experiências históricas dos quilombolas no Tocantins: organização, resistência e identidades. Patrimônio e memória. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5 n. 1, p. 107 – 126 – out, 2009. Disponível em [http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio\\_e\\_memoria/patrimionio\\_e\\_memoria\\_v5./artigos/experiencias\\_quilombolas.pdf](http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memoria/patrimionio_e_memoria_v5./artigos/experiencias_quilombolas.pdf)

OLIVEIRA, M. S. Na trincheira dos direitos: a luta das comunidades de Fecho e Fundo de Pasto de Salobro e Jacurutu pela defesa de seus modos de vida frente à grilagem de terras devolutas no oeste da Bahia. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2014.



PITTA, F.; CERDAS, G.; MENDONÇA, ML. *Imobiliárias Agrícolas Transacionais e Especulação com Terras na Região do Matopiba*. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

PUNTONI, P. Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. *Imobiliárias agrícolas transacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA*. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2017 ([www.social.org.br](http://www.social.org.br)).

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. *A Empresa Radar S/A e a especulação de terras no Brasil*. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2015 ([www.social.org.br](http://www.social.org.br)).

VALVERDE, O. *Estudos de geografia agrária brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985

### Links consultados

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>

<https://chainreactionresearch.com/the-chain-slc-agricola-moves-forward-with-clearing-5200-hectares-of-native-vegetation/>

<https://chainreactionresearch.com/the-chain-brasilagros-string-of-new-farmland-acquisitions-signal-ongoing-land-speculation/>

[https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2018/10/SLC-Agricola-Planned-Deforestation-Could-Contradict-Buyers-ESG-Policies\\_por-BR.pdf](https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2018/10/SLC-Agricola-Planned-Deforestation-Could-Contradict-Buyers-ESG-Policies_por-BR.pdf)

<https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2018/11/BrasilAgro-5.069->

[Hectares-de-Floresta-do-Cerrado-em-Risco-Iminente.pdf](#)

<https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2018/12/Farmland-Report-2018.pdf>

<https://fapcen.agr.br/>

<https://globoplay.globo.com/v/7988682/>

<http://pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesregionais>

<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Timbira>

<http://o.nortegropecuario.com.br/index.php/noticias/524-exporta%C3%A7%C3%A3o-de-soja-cresce-42,3-e-transforma-tocantins-em-janela-para-investimentos-de-empresas-do-exterior>

<http://www.etnolinguistica.org/biblio:chaves-1953-indio>

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2084392>

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=561780>

<https://www.canalrural.com.br/noticias/regiao-mapito-nova-fronteira-desenvolvimento-pais-diz-dilma-32400/>

<https://www.canalrural.com.br/noticias/novaagri-vence-licitacao-primeiro-lote-terminal-graos-maranhao-com-proposta-milhoes-5138/>

<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/169476-japoneses-vao-investir-em-agricultura-no-matopiba.html>

[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.html](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.html)

